

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO

JÉSSIKA LAÍS SAFRAIDE TORETE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: ANÁLISE SITUACIONAL DA INSTÂNCIA DE
GOVERNANÇA TURÍSTICA NOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

PONTA GROSSA
2012

JÉSSIKA LAÍS SAFRAIDE TORETE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: ANÁLISE SITUACIONAL DA INSTÂNCIA DE
GOVERNANÇA TURÍSTICA NOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de
graduação na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de
Bacharelado em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando de Souza

PONTA GROSSA

2012

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me dado força e motivos para não desistir dos meus pensamentos, por ter proporcionado ótimas oportunidades e dado me discernimento para saber aproveitá-las.

Aos meus pais, por me apoiarem do início ao fim, e por me aconselharem nas minhas decisões. Por oferecerem o possível e o impossível para que pudesse chegar até aqui.

Aos meus professores por me passarem seu conhecimento e por me motivarem, através de suas experiências, a seguir essa carreira.

A todos da Associação dos Municípios dos Campos Gerais e Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável dos Campos Gerais e da Rota dos Tropeiros, em especial á Karen Kobilarz, por colaborarem com arquivos, documentos e informações que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Luiz Fernando de Souza por disponibilizar de seu tempo, seus arquivos, suas ideias e seu conhecimento, também contribuindo para a realização deste trabalho.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

“Que força é esta, eu não sei; tudo o que sei é que existe, e está disponível apenas quando alguém está num estado em que sabe exatamente o que quer, e está totalmente determinado a não desistir até conseguir.”

(Alexander Graham Bell – Livro The Secret)

RESUMO

O presente trabalho traz como objetivo geral entender as políticas públicas referentes à atividade turística com vistas para o Programa de Regionalização do Turismo. Para o uso de um investimento público, além dos planos e programas, também existem as políticas públicas que são correspondente às decisões pré-estabelecidas pelo governo para definir os objetivos e as diretrizes. Em 1993 criou-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, tendo como objetivo a conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos vários agentes de desenvolvimento componentes da estrutura do município, despertando a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e de herança cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões dos seus próprios recursos. Um ano após a criação do Plano Nacional de Turismo - PNT em 2003, foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo – PRT, uma nova ferramenta de gestão pública que estabelece que a atividade turística ocorra de forma descentralizada, coordenada e integrada. E têm como base os princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional. Dentro do PRT determinou-se a criação das Instâncias de Governanças com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional. Neste sentido, este trabalho irá descrever uma breve trajetória sobre as políticas públicas de turismo no Brasil para compreender o processo de implantação das Instâncias e por fim irá descrever qual a atual situação da Instância na Região dos Campos Gerais do Paraná.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento turístico. Políticas públicas. Governança Regional.

ABSTRACT

This work has as main objective to understand the public policy relating to tourism overlooking the Tourism Regionalization Program. To use a public investment, beyond the plans and programs, there are also public policies that are relevant decisions predetermined by the government to define the objectives and guidelines. In 1993 created the National Program Municipalization Tourism - NPMT, aiming awareness, awareness, encouragement and training of various agents of development components of the structure of the city, raising the importance and extent of tourism to generate employment and income, reconciling economic growth with the preservation and maintenance of the environmental heritage, historical and cultural heritage, taking aim at participation and community management in the decisions of their own resources. One year after the creation of the National Tourism Plan - NTP in 2003, it launched the Tourism Regionalization Program - TRP, a new management tool that provides public that tourism occurs in a decentralized, coordinated and integrated. And are based on the principles of flexibility, articulation, mobilization, intersectoral and inter-institutional cooperation. Within the PRT determined the creation of instances governances with the role of coordinating the program at the regional level. In this sense, this paper will outline a brief history about the public policies of tourism in Brazil to understand the deployment process of the instances and finally which will describe the current situation of the Region Instance of Campos Gerais of Paraná.

Keywords: Tourism. Tourism planning. Public policies. Regional Governance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – Mapa das Regiões Turísticas do Paraná..... | 28 |
| FIGURA 2 – Nível de desenvolvimento do turismo por município 2012 (ano base 2010)..... | 36 |

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

| | | |
|-------------|--|----|
| GRÁFICO 1 – | Distribuição de dados do desenvolvimento do PRT 2004/2008..... | 25 |
| TABELA 1 – | Distribuição de dados do desenvolvimento do PRT 2004/2008..... | 26 |
| TABELA 2 – | Pesquisa Hierarquização das Regiões Turísticas e Nível de Desenvolvimento Turístico dos Municípios 2012 (ano base 2010)..... | 38 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABAV | Associação Brasileira das Agências de Viagens |
| ADRT | Agência de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros |
| ADTCG | Agencia de Desenvolvimento de Turismo Sustentável da Região dos Campos Gerais da Rota dos Tropeiros |
| AMCG | Associação dos Municípios dos Campos Gerais |
| CNTUR | Conselho Nacional de Turismo |
| EMBRATUR | Instituto Brasileiro de Turismo |
| FUMTUR | Fundo Municipal de Turismo |
| FUNGETUR | Fundo Geral de Turismo |
| IGR | Instância de Governança Regional |
| MTUR | Ministério do Turismo |
| OSCIP | Organização de Sociedade Civil de Interesse Público |
| OMT | Organização Mundial de Turismo |
| PNMT | Programa Nacional de Municipalização |
| PNT | Plano Nacional de Turismo |
| PRT | Programa de Regionalização de Turismo |
| RINTUR | Roteiro de Informações Turísticas |
| SETS | Secretaria de Turismo e Serviços |
| SETU | Secretaria de Estado do Turismo |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO | 4 |
| ABSTRACT | 5 |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | 6 |
| LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS | 7 |
| LISTA DE SIGLAS..... | 8 |
| SUMÁRIO..... | 9 |
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO 1 – TURISMO E PLANEJAMENTO | 14 |
| 1.1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES DO TURISMO..... | 14 |
| 1.2. PLANEJAMENTO TURÍSTICO | 16 |
| CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL..... | 20 |
| CAPÍTULO 3 – PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇAS..... | 24 |
| CAPÍTULO 4 – INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA TURÍSTICA..... | 29 |
| 4.1 INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL NO PARANÁ..... | 30 |
| 4.2 INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS..... | 31 |
| 4.2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO | 32 |
| 4.2.2 RECONHECIMENTO DA INSTÂNCIA | 33 |
| 4.2.3 PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E ALGUMAS DIFICULDADES..... | 35 |
| 4.2.4 QUALIFICAÇÃO NO RANKING REGIONAL | 37 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 40 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| APÊNDICE | 46 |

INTRODUÇÃO

Para atender as necessidades e exigências de uma sociedade são desenvolvidas ações para colocá-las em prática. Desta forma, utiliza-se de um planejamento estratégico para que tudo ocorra corretamente, e são determinadas metas e objetivos para o cumprimento das mesmas. Todos esses procedimentos são chamados de políticas públicas. Ou seja, são as decisões pré-determinadas por um governo para o cumprimento de ações e uso do dinheiro público.

No setor público isso é bastante evidente, mas as políticas públicas também estão presentes no setor privado. No entanto, diferentemente do setor público, no setor privado o lucro com as ações desenvolvidas não vão para todos e sim para apenas algumas pessoas.

No turismo, existe uma longa trajetória sobre as políticas públicas desenvolvidas no Brasil. Um exemplo delas são os Planos Nacionais, o primeiro em 2003 e que mais tarde foi adaptado em 2007. Dentro desses planos estão inseridos os principais programas e macroprogramas para o desenrolar da atividade turística brasileira.

O Plano Nacional do Turismo - PNT 2003/2007 criado em 2003, é uma política nacional do turismo brasileiro, e previa as ações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil para que ocorram de forma articulada e cooperada. Baseando-se nessa mesma linhagem em 2007, o Plano sofreu algumas adaptações, inserindo novos Macroprogramas e Programas como ferramentas para o desenvolvimento turístico nacional – PNT 2007/2010.

A partir dessas alterações, surgiu o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – PRT lançado em abril de 2004, o qual adaptou o Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística para o Macroprograma 4 – Regionalização do Turismo do PNT 2007/2010. O Programa determina “a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País.” A nova ferramenta de gestão pública estabelece que a atividade turística ocorra de “forma descentralizada, coordenada e integrada. E têm como base os princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional.” (PNT 2007/2010, p.69)

Essas diretrizes e as políticas nacionais do turismo determinadas pelo Ministério do Turismo, tratam sobre “a implantação da atividade que envolva os setores públicos, privado e a sociedade civil, de forma descentralizada, coordenada e participativa” (PNT 2007/2010, p.43). Dentro dessa política nacional sugere-se a institucionalização ou fortalecimento de uma entidade que possa ser representativa a todos. Essa organização é intitulada como uma Instância de Governança Regional, que possui o papel de executora desta proposta podendo ser um fórum, conselho ou outro tipo de colegiado, de acordo com as necessidades, possibilidades e características de cada região turística.

O Programa de Regionalização começou a ser implantado no Paraná em 2003. Baseando-se nas diretrizes do PRT e na divisão administrativa do estado em dezoito regiões, foi realizada em abril de 2003 a primeira Oficina de Planejamento na qual se concluiu, após o diagnóstico das potencialidades de cada região, a definição de nove regiões turísticas marcando o processo de regionalização do Paraná.

Em 2005 foi institucionalizada a Instância de Governança Regional nos Campos Gerais. Segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional dos Campos Gerais, além da institucionalização, outros módulos operacionais também foram apresentados, como: “sensibilização, mobilização e elaboração dos primeiros Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional” (2008, p.2). A entidade que foi determinada como Instância é a Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG, a qual possui representação do poder público municipal.

A escolha do tema para esse trabalho surge devido a participação como voluntária nas atividades administrativas da Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros - ADRT o que possibilitou á pesquisadora participar de reuniões, auxiliar em projetos, visitar os municípios, e desta forma despertou o interesse em buscar mais sobre o assunto.

Para a realização deste trabalho inicialmente com relação aos procedimentos técnicos através da pesquisa bibliográfica realizou-se a consulta á diversos autores e arquivos oficiais, a fim de contextualizar o histórico tanto do turismo como das políticas públicas no Brasil. Quanto aos objetivos utilizou-se da pesquisa exploratória afim de aprimorar o conhecimento sobre o assunto. Por fim, foi realizada uma entrevista junto a Instância de Governança Turística da Região dos Campos Gerais, para entender qual a sua situação atual.

Este trabalho teve como objetivo geral entender as políticas públicas referente a atividade turística com vistas ao Programa de Regionalização do Turismo. Além disso, pretendeu-se também verificar quais Instâncias de Governança Turística Regional foram institucionalizadas no Estado do Paraná e constatar na Região dos Campos Gerais quais municípios participam atualmente das atividades da Governança Regional.

Para dar embasamento teórico, durante a realização deste trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica de alguns autores tradicionais da área de turismo. Utilizou-se do autor Mário Carlos Beni no livro Política e planejamento de turismo no Brasil e da obra Turismo: Como aprender, como ensinar organizada pela autora Marília Gomes dos Reis Ansarah, duas obras que descrevem todo o contexto histórico do desenvolvimento do turismo, além disso destaca as etapas do planejamento público citando também as principais políticas públicas de turismo implantadas no país até os dias atuais.

Como referência principal também, foram utilizados arquivos digitais oficiais do Ministério do Turismo, como por exemplo, os Planos Nacionais – 2003/2007 e 2007/2010. E em formato de arquivo digital também material oficial que oferecem informações sobre o processo de implantação das Instâncias de Governança Regional disponibilizados para as Unidades Federativas através do Ministério Turismo.

Sendo assim, o presente trabalho subdividiu-se em quatro capítulos, tais como: Turismo e Planejamento, Políticas Públicas de Turismo no Brasil, Programa de Regionalização do Turismo e as Instâncias de Governanças Turísticas e A Instância de Governança Turística nos Campos Gerais do Paraná.

O primeiro capítulo sobre Turismo e Planejamento traz alguns dos principais conceitos e definições sobre a atividade turística. Foram usadas os conceitos que mais se adaptam ao tema abordado, conceitos que incluem a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade do turismo explicando assim, o uso da forma de planejamento integrado. O capítulo fala sobre o planejamento turístico, apontando algumas definições de autores que possuem a mesma visão sobre o assunto – relacionado com uma melhor utilização do espaço geográfico e a análise do território.

No segundo capítulo a pesquisadora apresenta algumas definições de políticas públicas – o que são, para que servem – e em seguida, descreve uma trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. Este capítulo demonstra como

ocorreram as transições entre um plano e outro e porque essas mudanças foram necessárias.

O terceiro capítulo relata uma breve trajetória sobre o Programa de Regionalização do Turismo e as Instâncias de Governanças, abordando algumas de suas principais ações para a atividade turística.

E por fim, o último capítulo descreve sobre como ocorreu a introdução das Instâncias de Governanças no estado do Paraná apontando qual a função e como pode ser representada, revela também quais as instituições responsáveis por essa função nas regiões do estado. E a partir disso, faz um esboço da atuação da Instância de Governança na região dos Campos Gerais, citando quais os municípios que fazem parte da região e quais os que realmente estão envolvidos nas ações dela. Além de demonstrar uma breve análise situacional da Instância na região.

1. TURISMO E PLANEJAMENTO

1.1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES DO TURISMO

Atualmente existem diversos autores com seus conceitos e definições sobre o turismo, cada uma delas direciona á um aspecto diferente desta atividade. Por isso para este trabalho foi escolhido dois conceitos que podem se adaptar ao tema abordado.

Um dos conceitos escolhidos aqui é o de acordo com De La Torre *in* Barreto (2003, p.13), conceito aceito pela OMT (Organização Mundial do Turismo):

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

A partir dessa interpretação, observa-se que qualquer deslocamento voluntário de indivíduos ou grupos de pessoas seja por motivo de lazer ou mesmo por um tratamento de saúde por exemplo, desde que esteja utilizando equipamentos turísticos, e que contribua para o aumento nos setores sociais, econômicos e /ou cultural, estes estarão realizando turismo.

Essa definição trata também sobre a multidisciplinaridade do turismo, uma característica bastante específica da atividade e que diz respeito as inter-relações que ela possui. Sendo assim, destaca-se o que será abordado neste trabalho sobre a integração e envolvimento dos diversos atores que participam no desenvolvimento turístico, como o poder público, o poder privado, a academia e a comunidade por exemplo.

E o outro conceito seria o de acordo com Moesch (2000, p.9):

Turismo é uma complexa combinação de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja combinação integra-se em uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sociocultural gera um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

Já nesse conceito, o turismo é visto como um elemento complexo, isto devido á seus diversos inter-relacionamentos. Ou seja, um indivíduo que esteja visitando uma região a fim de conhecer a cultura, os atrativos naturais e até mesmo realizando um intercâmbio cultural, este estará praticando a atividade turística.

Para Luiz Fernandez Fuster (Espanha 1973 *in* Barreto, 2003), o turismo compreende não apenas os turistas, mas também todos os demais setores envolvidos para atendê-los como: as agências de viagens, os hotéis, restaurantes, guia de turismo, transportes, etc. Além destes também, estão incluídos no turismo as organizações públicas e privadas responsáveis pelo fomento ás infraestruturas que serão utilizadas. E não esquecendo também dos efeitos negativos e positivos nas comunidades receptoras. Nesta concepção, o autor aborda sobre o relacionamento entre a parte pública e a parte privada, mostrando a importância desse interligação.

Vale destacar também a idéia de Barreto (2003, p.143) que descreve o turismo como “Multidisciplinar, já que o progresso exige o concurso de uma ampla variedade de áreas de conhecimento” e como “Interdisciplinar, porque todas as áreas devem estar interligadas”.

Assim como na primeira conceituação, todas as demais citadas concordam também no sentido da interrelação que o setor tem com as outras áreas. Por esse motivo a pesquisadora escolheu essas definições, para dar uma base teórica por meio de autores que possuem destaque no conhecimento e estudo sobre a atividade turística.

E após essa sucinta descrição das definições, vale descrever também sobre o planejamento no setor turístico para observar a sua importância nas relações que a atividade possui. Assim como a atividade turística o planejamento deve ser estruturado de maneira ampla abrangendo uma gama de seguimentos que o envolvem. Além disso, um embasamento neste trabalho sobre o planejamento turístico possibilita o início para a compreensão das políticas públicas e finalmente a compreensão sobre as instâncias de governança.

Este subcapítulo apresenta duas esferas que abrangem a atividade turística, o aspecto social e o aspecto econômico. Estes aspectos adaptam-se ao tema abordado, pois para a implantação de metas e estratégias para desenvolver o turismo é preciso analisar esses pontos, a fim de causar o menor impacto negativo possível. Com relação ao aspecto econômico segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001 *in* BRASIL, 2008) (G) a atividade turística pode garantir a criação de novos pontos de trabalho, com níveis satisfatórios de renda, e o controle sobre os custos e benefícios dos recursos garantindo a continuidade para as gerações futuras. E no aspecto sociocultural, a atividade turística visa à melhoria da qualidade de vida e à redução dos níveis de exclusão social por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens. (BRASIL, 2004) (B)

1.2. PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Várias áreas da economia utilizam o planejamento para estimular, controlar e adaptar uma determinada atividade no ambiente em que se encontra. É por meio dele que serão definidos os objetivos, as metas, as diretrizes, o plano de ações que constituem o planejamento.

A prática utilizada pelo planejamento, de avaliar e estudar o ambiente possibilita a minimização e a prevenção dos impactos negativos obtidos pela aplicação de projetos e execuções de ações e propostas irregulares. Além de que, deve ser analisada constantemente conforme as alterações do ambiente interno (diretamente ligado a ele) e do ambiente externo (fora do seu controle) não prejudiquem o desenvolvimento e aplicação do planejamento.

O planejamento segundo a análise de Beni (2004) está baseado na questão da multidisciplinaridade que abrange o turismo, nas questões econômicas, ambientais, políticas, sociais, culturais. Nessa análise o autor considera as constantes e imprevistas alterações que incidem no ambiente externo e interno que afetam a atividade turística.

A utilização desta análise de Beni, é no sentido de afirmar mais uma vez a presença da multidisciplinaridade do setor turístico e de que isso conseqüentemente

afeta no processo de planejamento, afim de não esquecer que a atividade precisa dessa visão ampla no momento de elaboração de um projeto.

Segundo SOUZA (2001) este modelo¹ busca a compreensão do espaço, perfil socioeconômico, análise do local política e administrativamente, observação do mercado e de suas tendências. Esta etapa é o estudo preliminar que realiza o levantamento dos recursos naturais e culturais; inventariação dos equipamentos turísticos como hospedagem, alimentação; levantamento da infra-estrutura disponível para a realização da atividade turística; perfil da comunidade como organização, perfil étnico, renda, consumo; políticas, estrutura institucional e legal; oferta demanda. Após esta fase, ocorre o diagnóstico, representado pelos potenciais dos recursos encontrados na etapa anterior, projeções para a atividade turística. A última etapa desse planejamento é o do prognóstico, que estabelecerá as diretrizes, metas políticas e programas que basearão o planejamento turístico.

Portanto, elaborar um projeto na área turística trata-se de uma ação minuciosa e bastante cautelosa, necessitando destas várias etapas a serem estudadas.

De acordo com a análise de Boullón (2002) o planejamento turístico é utilizado pelas mais diversas áreas como um resultado de um intenso estudo do espaço. Está relacionado com as consequências para o território trazidas através da ocupação do homem, sugerindo uma ocupação de forma equilibrada durante a construção de novos empreendimentos e a adequada utilização dos recursos naturais. Além dessa análise do território Boullón enfatiza o planejamento turístico baseado na demanda e na oferta. O modelo de Boullón divide-se em: Análise e Diagnóstico; Síntese e Soluções; Avaliação e Preparação do plano.

Para Boullón (2002), o planejamento do espaço é efetuado levando em consideração o espaço econômico, físico, social e político. Ao analisar o espaço econômico é destacada a presença de bens e serviços e a questão estratégica do território; no físico são analisadas as dimensões; no social é representado mapas com diversas informações da localidade (mortalidade, alfabetização); e no político as divisões territoriais (norte, sul).

Nessa interpretação, acentua-se uma análise de território, ou seja o aproveitamento do uso de um espaço geográfico para a realização da atividade

¹ Modelo de planejamento turístico segundo BENI

turística. Deste modo, aplica-se essa definição a esse trabalho, no sentido de entender como uma região pode ser bem aproveitada turisticamente, unindo pontos positivos sem que afete negativamente o local.

Para Bissoli (1999, p.26) “o planejamento é um processo dinâmico, constante e mutável”. E analisa que o planejamento deve considerar variáveis de tempo, espaço e âmbito de interesse. Os resultados desse processo são obtidos através: Diagnóstico, Prognóstico, Objetivos, Metas e Estratégias.

Segundo Bissoli (1999, p.34):

O planejamento turístico é um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido.

Nesse modelo, o planejamento turístico está relacionado também com a utilização do espaço geográfico usando para isso metas, objetivos, estratégias e diretrizes para desenvolvê-lo. Além disso, elenca as características do planejamento de coordenar e integrar o turismo, concordando plenamente com os objetivos das instâncias de governança apontadas a seguir nesta pesquisa.

Além destas análises, existem outros autores que expõem o tema planejamento o que implica que o desenvolvimento da atividade turística ocorra de maneira mais eficiente. Cada enfoque está adaptado para cada tipo de necessidade que as mais diversas regiões turísticas possuem. Dessa forma o planejamento estará colocado e praticado para atender todas as necessidades e falhas que a localidade possa ter e, assim proporcionar que o turismo seja uma fonte econômica alternativa e que traga mais benefícios do que prejuízos.

O estudo dessas diferentes análises sobre um mesmo assunto é importante no sentido de que irá identificar qual teoria a ser aplicada na prática, qual enfoque pode se aplicar à região em que está inserida. Além de proporcionar ao planejador uma visão mais abrangente, e assim possibilitar que o conhecimento se amplie e se estenda através dos questionamentos que surgirão durante o decorrer do processo de planejamento.

Nesse sentido, o enfoque escolhido seriam estes modelos de planejamento apresentados, que expõe as variáveis sociocultural e econômica. A abordagem desses modelos contribui para minimização dos possíveis impactos.

Essa dissertação sobre os conceitos do turismo e do planejamento turístico, foram necessárias no sentido de dar introdução aos próximos capítulos. Essa abordagem propicia uma construção do pensamento e maior compreensão do tema.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

As preocupações sobre o desenvolvimento sustentável de uma sociedade estão principalmente relacionadas á problemas com a qualidade de vida, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, grau de organização e participação da sociedade civil, como também do capital social. Nesse sentido, as instituições públicas assumem o papel de intervir para mudar essa realidade social e desigualdades existentes, desenvolvendo instrumentos de intervenção como: planos, programas, projetos, etc. (BENI, 2006, p. 132 e 133)

No setor público essas intervenções atingem a interesses de uma comunidade e o lucro provido dessas ações devem retornar á mesma, diferentemente do setor privado que o lucro é individual ou de algumas pessoas. Sendo assim, “significa que os objetivos de um empreendimento público devem ser alcançados nos prazos e com os recursos previstos.” (BENI, 2006, p. 135)

Para o uso de um investimento público, além dos planos e programas, também existem as políticas públicas que são correspondente ás decisões pré-estabelecidas pelo governo para definir os objetivos e as diretrizes. Quando utilizadas, as ações passam por um processo de acompanhamento e avaliação para que sigam essas pré-determinações.

Segundo Saravia (2006, p.29), as políticas públicas podem ser definidas como:

Um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

De acordo com essa definição, as políticas públicas servem para prevenir ou corrigir acontecimentos em um sociedade, utilizando de estratégias e definindo objetivos afim de cumprir com as metas estabelecidas no planejamento público. No entanto o autor ainda destaca que o processo das políticas públicas é bastante complexo e que muitas vezes não ocorre uma “ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado” (SARAVIA, 2006 p.28) causando muitas vezes a sensação de desordem.

De acordo com Filho (2008, p.109):

Políticas públicas, por conseguinte, são as diretrizes, estratégias, prioridades e ações que constituem as metas perseguidas pelos órgãos públicos, em resposta as demandas políticas, sociais e econômicas e para atender aos anseios oriundos das coletividades.

Ou seja, mais uma vez as políticas públicas estão relacionadas em atender aos interesses de um coletivo, a fim de cumprir com metas previamente determinadas.

Segundo Beni (2006), no ano de 1966 no Brasil foi criado o Conselho Nacional de Turismo – CNTur e o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR os primeiros órgãos públicos a representar a atividade turística no país. Nessa época a EMBRATUR estava sob forma de empresa e por isso não poderia receber investimentos governamentais para o setor. A partir daí então, que foi criado o Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR que colaborava para o desenvolvimento de projetos turísticos.

No Brasil na década de 80, de acordo com Beni (2006) foi um período de transição ministerial, período em que se definiu a Nova Constituição Federal. Nessa fase acreditava-se que a melhor forma de organizar o setor seria definir políticas públicas e a criar um colegiado composto pela EMBRATUR, o CNTur e o Ministério da Indústria e Comércio. Desta forma a governança do setor estaria mais centralizada no planejamento, coordenação e execução de programas e projetos. No entanto, esse método ainda deixavam lacunas quanto a sua eficiência, isso devido à ausência da representatividade da iniciativa privada, gerando problemas nos processos decisórios.

Década de 90 é considerada segundo Beni (2006) uma fase evolutiva para o Turismo no Brasil, isso porque foi o período em que ocorreu a união do governo, a iniciativa privada, a academia e a sociedade. Nessa mesma época, em 1993 criou-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, a adesão dos municípios ao programa baseou-se em critérios bastante flexíveis e essa flexibilidade proporcionou o estímulo para a participação municipal. Posteriormente, os municípios foram orientados a preencher o questionário Roteiro de Informações Turísticas – RINTUR e através deste, os municípios foram classificados em “turístico” ou como “potencial turístico”. Neste período, o Programa era coordenado

pela Secretaria de Turismo e Serviços (SETS) o qual pertencia ao, então, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. (Ministério do Turismo, 2008) (F).

De acordo com o SETS, o Programa tem como principal objetivo (BRASIL, 2007, p.16) (E):

a conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos vários agentes de desenvolvimento componentes da estrutura do município, para que despertassem e reconhecessem a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e de herança cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões dos seus próprios recursos.

Durante essa fase do PNMT, as decisões políticas ocorriam de forma cada vez mais participativa, proporcionando aos municípios mais autonomia política e administrativa, e conseqüentemente assumiam mais responsabilidades durante a execução de programas e na criação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico local. Desde o PNMT, a participação da comunidade era um dos principais fatores para o desenvolvimento da atividade turística, além de que proporcionava a idéia que o turismo só existia nas comunidades que demonstrasse soluções para realizá-lo.

Em 94 segundo o Ministério do Turismo (2007), o PNTM passou a ser coordenado pelo Comitê Executivo Nacional, que foi criado justamente para coordenar o processo de implantação do Programa. A partir daí, foram sendo criadas metas e estratégias em torno do turismo em todo o País, provocando um resultado de mobilização potencial. Dentro de uma dessas metas e estratégias criadas, foram: o Conselho Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR e o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Em 2003 o Presidente da República considerou a atividade turística como um elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do País dando prioridade ao setor criando o Ministério do Turismo. No mês de abril do mesmo ano, foi criado também o Plano Nacional de Turismo - PNT com a vigência de 2003 á 2007. (BRASIL, 2004) (B)

A política de turismo pode ser definida segundo Beni (1998: 99 apud SOLHA, 2006, p. 91) como “o conjunto de fatores condicionantes e diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo no país.” Ou seja, são linhagens pré-determinadas a fim de atingir os objetivos

definidos, desenvolvendo o turismo nacional/federal/municipal utilizando estratégias singulares.

Através de discussões com os Conselhos Municipais ficou evidente que para atingir melhores resultados as ações não deveriam ser pontuais, restritas a um único município. Ou seja, perceberam que a união entre mais municípios formando uma região turística possibilitaria abranger uma parcela muito maior do mercado turístico beneficiando um número mais de atores envolvidos.

A criação do Programa de Regionalização do Turismo – PRT (que será melhor descrito no próximo capítulo) prevê as ações de forma descentralizada, coordenada e participativa e com enfoque na região, porém isso não significava abrir mão do município, mas sim permitir a união de forças e ideias para garantir melhores resultados. É nesse sentido que ocorreu essa transição do PNMT para o PRT a fim de iniciar uma nova configuração de política nacional de turismo, abrindo espaço para que cada município pudesse interagir complementar e compartilhar propostas com os demais municípios, fazendo com que os municípios deixassem de agir isoladamente.

Sendo assim, a implantação do PNMT contribuiu para o PRT no sentido de que construiu uma nova visão para o desenvolvimento do turismo. Ou seja, como os municípios a partir do PNMT já estavam desenvolvendo metas e estratégias para atividade, e desta forma a compreensão para inserir o PRT tornou-se um processo um tanto mais fácil para os gestores. E com isso os municípios que antes desenvolviam as metas e estratégias para o turismo local, agora estavam reunindo-se aos demais municípios para que pudessem unir forças e ideias para desenvolvê-las como região.

O capítulo a seguir, irá discorrer mais sobre o PRT e algumas de suas principais ações para o turismo nacional dentro de cada região, até chegar à institucionalização das instâncias de governança regional que faz parte desse Macroprograma.

3. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇAS

A política nacional do turismo estabelecida através do PNT 2003/2007 prevê que as ações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil ocorram de forma articulada e cooperada. Baseando-se nessa mesma linhagem o PNT 2007/2010 adaptou as determinações inserindo novos Macroprogramas e Programas como ferramentas para o desenvolvimento turístico nacional. E durante a instalação da Câmara Temática de Regionalização foi apresentada a proposta do Programa de Regionalização Turística. (BRASIL, 2007) (E)

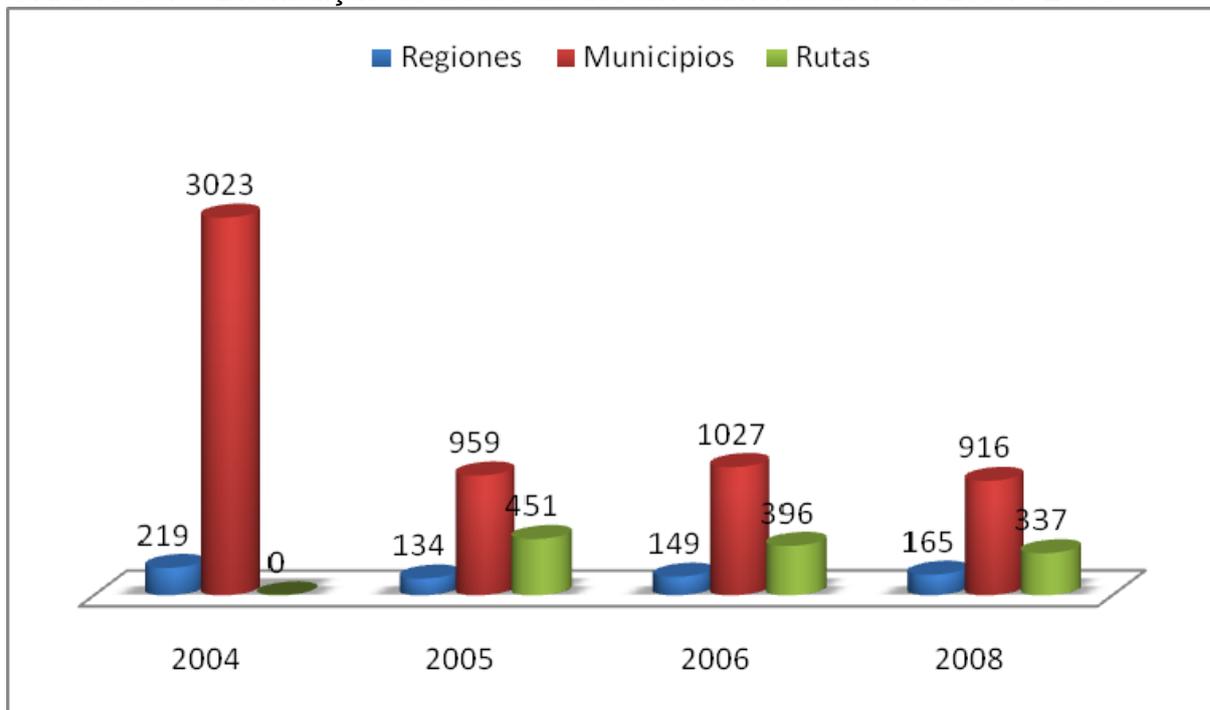
Então em abril de 2004 na Sede da Confederação Nacional em Brasília foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – PRT, fruto do Plano Nacional do Turismo 2003-2007: Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística e mais tarde adaptada ao Macroprograma 4 – Regionalização do Turismo do PNT 2007/2010. O Programa determina “a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País.” A nova ferramenta de gestão pública que estabelece que a atividade turística ocorra de “forma descentralizada, coordenada e integrada. E têm como base os princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação inter setorial e interinstitucional.” (BRASIL, 2007, p.69) (E).

O Programa de Regionalização do Turismo enquadra-se numa das fases do processo de Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo. Pelo qual foi realizada a análise do espaço geográfico, o diagnóstico das regiões e a partir disso realizando oficinas para o estabelecimento das metas e objetivos para incentivar e promover o turismo regional.

Com relação ao PRT o Ministério do Turismo em junho de 2005, realizou junto à Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV na Expo Center Norte em São Paulo a primeira edição do Salão de Turismo. Foi uma das estratégias do Mtur para a mobilização, promoção e comercialização dos roteiros turísticos desenvolvidos a partir das diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Segundo o Ministério o evento recebeu nesta edição, cerca de 110 mil visitantes com 134 regiões turísticas envolvendo 959 municípios participantes.

De acordo com Souza (2009), após o evento realizou-se uma pesquisa com 116 rotas selecionadas pelo Mtur durante o evento. A partir da análise dos dados coletados durante visitas às linhas, o resultado final foi cerca de 200 regiões turísticas, abrangendo de 3819 para os municípios, as melhores vistas no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Distribuição de dados do desenvolvimento do PRT 2004 / 2008



Fonte: Dados disponíveis em Brasil (2008); Gráfico estruturado por Souza (2009).²

Com a maturidade do programa inserido em 2003, o ano de 2008 trouxe a necessidade de mudança, tanto no número de municípios, regiões e rotas, percebido no momento do evento "Salão do Turismo - Roteiros do Brasil", onde as regiões são convidadas a mostrar os seus produtos ao mercado e apreciação das agências de viagens e público em geral. No entanto, no ano de 2007 mesmo com as eleições ocorridas um ano anterior, não alterou o resultado do evento com relação a representatividade de alguns políticos (governadores, deputados, ministros e outros assessores), em níveis nacional e estadual.

Entre o período de 2005 á 2008 há uma diminuição das rotas e cidades o que demonstra a maturidade do programa (demonstrado na Tabela 1), onde a qualidade se torna mais importante que a quantidade. No entanto, e para confirmar esse amadurecimento do mesmo, o número de regiões aumentou, se percebendo uma maior compreensão por parte dos municípios do objetivo global da PRTs, que é

² Rutas: termo em espanhol para Roteiros

a estruturação dos destinos regionais, através da união dessas, surgindo desta forma os chamados clusters turísticos, ou redes de municípios e empresas turísticas.

TABELA 1 – Distribuição de dados do desenvolvimento do PRT 2004 / 2008

| Ano | Regiões | Municípios | Rotas |
|-------------|----------------|-------------------|--------------|
| 2004 | 219 | 3023 | 0 |
| 2005 | 134 | 959 | 451 |
| 2006 | 149 | 1027 | 396 |
| 2008 | 165 | 916 | 337 |

Fonte: Dados disponíveis em Brasil (2008); Tabela estruturada por Souza (2009).

Dentro do quadro de atividades da feira, as 27 Unidades de Federação estavam representando e fomentando seus produtos e destinos turísticos. Além da área de promoção e comercialização turística, desenvolveram-se: palestras e debates no Núcleo de Conhecimento, agendamentos e troca de informações entre agentes e operadores de viagens através da Rodada de Negócios e a Rodada de Agronegócio Familiar para incentivar outras formas de distribuição dos produtos da agricultura.

Em agosto de 2007 no auditório Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, ocorreu a apresentação dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento do Turismo Regional, logo após do lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão em abril, o qual migrava o Programa de Roteiros Integrados para política de desenvolvimento do turismo. (BRASIL, 2010) (I)

Juntamente com a criação do Ministério do Turismo no mesmo ano o Estado Paraná cria a Secretaria de Estado do Turismo – SETU (em cuja estrutura contemplava a constituição do Conselho Consultivo de Turismo – instância de governança estadual), e a partir de então passa a coordenar as ações do PRT no estado.

Para prevêr as ações e estratégias da atividade turística estadual criou-se a Política Estadual de Turismo com vigência de 2003-2007, a qual previa oito áreas estratégicas: envolvimento da sociedade com o turismo; municipalização e regionalização do turismo; qualidade do produto turístico; estatísticas do turismo; proteção do patrimônio natural/histórico cultural; financiamento e investimento;

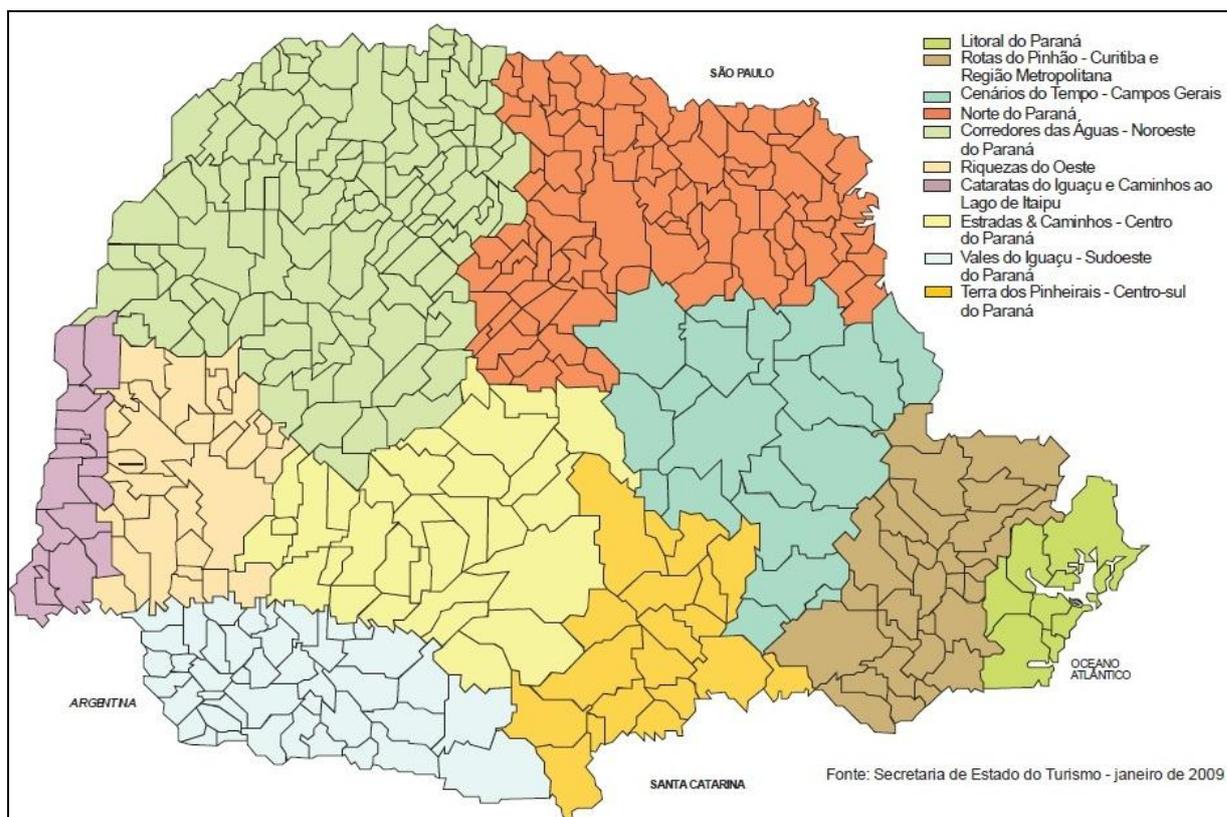
gestão pública e articulação institucional para o turismo; promoção e divulgação do produto turístico paranaense. (SETU, 2009) (B)

Dentro dessa visão de descentralização e regionalização foi criado o Conselho Consultivo de Turismo do Estado e a Câmara de Regionalização do Turismo, que atua em sinergia com a SETU nas ações do processo de regionalização.

Com a criação da Câmara de Regionalização e a articulação do Fórum Estadual dos Secretários Municipais de Turismo, no início de 2003, iniciaram-se as discussões sobre a Regionalização do Turismo no Estado, que até aquele momento não apresentava regiões turísticas oficiais. Em abril de 2003, foi realizada uma Oficina de Planejamento, com a presença dos representantes das dezoito regiões administrativas integrantes do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo que definiu nove regiões turísticas para o Paraná.

No entanto, passados quatro anos de implantação da Regionalização do Turismo no Estado, fez-se necessária uma nova análise das regiões turísticas, desde seu mapeamento até a definição do nível de desenvolvimento turístico de seus municípios. E então em março de 2008 em Curitiba através da realização da Oficina de Planejamento Estratégico das Instâncias de Governança Regional que determinou-se a décima região turística, passando o Estado a ser dividido nas seguintes regiões: Iguassu & Caminhos ao Lago Itaipu, Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Centro-sul, Norte, Noroeste, Centro, Oeste e Sudoeste, representadas na Figura 1.

FIGURA 1: Mapa das Regiões Turísticas do Paraná.



Fonte: Secretaria de Estado do Turismo (A)

As diretrizes e as políticas nacionais do turismo determinadas pelo Ministério do Turismo até então, tratam sobre “a implantação da atividade que envolva os setores públicos, privado e a sociedade civil, de forma descentralizada, coordenada e participativa” (BRASIL, 2007, p.43) (E). Sendo assim, o PRT sugere a institucionalização ou fortalecimento de uma entidade que possa ser representativa a todos. Essa organização é intitulada como uma Instância de Governança Regional, que possui o papel de executora desta proposta podendo ser um fórum, conselho ou outro tipo de colegiado, de acordo com as necessidades, possibilidades e características de cada região turística.

Esta parte apresentada demonstrou uma trajetória da implementação do PRT nacionalmente e no estado do Paraná, dando uma introdução no que será explanado no capítulo a seguir que vem para explicar o que são as Instâncias de Governança e qual seu papel no Programa de Regionalização do Turismo.

4. INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA TURÍSTICA

O termo “governança”, segundo o Ministério do Turismo, pode ser entendido como a capacidade de administrar, ou então, a capacidade do governo de criar condições e estratégias para atendê-la e responder as demandas da sociedade.

Segundo o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil a Instância de Governança Regional - IGR é “uma organização com participação do poder público, privado e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional.” (BRASIL, 2008 p.102) (H).

Nesse sentido, a organização escolhida para assumir esse papel, deve se encarregar da coordenação, do acompanhamento e da gestão das ações planejadas e é essencial que uma Instância de Governança seja definida e instalada para que haja avanço no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Ou seja, todas as ações realizadas através do PRT, são repassadas do Mtur as Secretarias de Estado do Turismo, as quais repassam para as IGRs e estas são responsáveis em transmitir as informações e orientar os municípios no que for possível.

Um exemplo disso no Paraná é com relação ao Salão Paranaense de Turismo realizado anualmente. Em determinado período antes do evento, a SETU encaminha via e-mail todos os procedimentos que os municípios devem seguir para se organizarem caso desejem participar do evento. Estas instruções então são primeiramente enviadas às instâncias que são incumbidas de coordenar e acompanhar toda essa organização dos municípios para o evento.

Vale destacar que qualquer projeto ou programa a ser executado necessita de uma organização, a qual é responsável por coordenar, fazer o acompanhamento e fazer a gestão das ações que foram planejadas. (BRASIL, 2008) Por essa razão que foram criadas as Instâncias de Governança Regional, para que o Programa de Regionalização Turística – Roteiros do Brasil fossem executados de forma integrada e organizada regionalmente.

Uma instância de governança regional, segundo o Ministério do Turismo (2008, p.103) pode ter sua estrutura, formato e carácter jurídico como um fórum, um comitê, um conselho, uma associação ou outro tipo de colegiado.

O primeiro passo para a institucionalização de uma instância é identificar os atores que têm representatividade nos respectivos municípios pertencentes à região turística. Estes atores municipais, que podem ser do poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino, são capacitados para a gestão dos processos de sensibilização e mobilização do Programa. (BRASIL, 2008)

O processo de institucionalização das Instâncias de Governança Regional é categorizado em duas principais fases: sensibilização e mobilização. O processo de sensibilização é o ponto inicial da implantação do Programa de Regionalização do Turismo, nesse momento ocorre o envolvimento dos atores que fazem parte do processo (setor público, setor privado, academia e a sociedade). Essa fase visa demonstrar o que é o turismo e sua importância para o desenvolvimento da região, além disso, a mesma faz com que as pessoas valorizem e divulguem os atrativos naturais e culturais da sua região.

Na fase da mobilização, de acordo com o Ministério do Turismo (2008, p.78), é a fase de “amadurecimento social dos diferentes segmentos da sociedade, que formam um grupo com objetivos comuns, com base em ações conscientes e nos procedimentos propostos para a inserção do Programa”. Ou seja, é a etapa em que proporciona que todos os envolvidos no processo de regionalização, unam suas idéias, juntando forças para estruturar o turismo na sua região de forma integrada, de acordo com suas expectativas em comum.

4.1 INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA TURÍSTICA NO PARANÁ

No Paraná o PRT começou a ser implantado em 2003, que segundo a Secretaria do Turismo do Estado do Paraná, até aquele momento não existia uma divisão das regiões turísticas oficialmente. E a partir de várias discussões foi realizada em abril de 2003 a primeira Oficina de Planejamento em Curitiba na qual se concluiu, após o diagnóstico das potencialidades de cada região, a definição de nove regiões turísticas marcando o processo de regionalização do Paraná. Alguns anos mais tarde, como citado no capítulo anterior, em 2008 surgiu a necessidade da criação da décima região turística no estado.

Dentre essas dez regiões definidas, de acordo com a SETU nove delas possuem instâncias de governança regional estruturadas, são elas:

- Região Turística: Cataratas do Iguaçu & Caminhos ao Lago de Itaipu
IGR: Fórum de Turismo Sustentável Cataratas e Caminhos
- Região Turística: Campos Gerais do Paraná.
IGR: AMCG – Associação dos Municípios dos Campos Gerais.
- Região Turística: Corredores das Águas – Noroeste
IGR: RETUR – Rede de Turismo Regional
- Região Turística: Litoral do Paraná
IGR: ADETUR Litoral - Agencia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense
- Região Turística: Norte do Paraná
IGR: ADETUNORP – Agência de Desenvolvimento Turístico Regional do Norte do Paraná
- Região Turística: Riquezas do Oeste
IGR: ADETUROESTE – Agência de Desenvolvimento Turística do Oeste do Paraná
- Região Turística: Rotas do Pinhão - Curitiba e Região Metropolitana
IGR: Fórum Metropolitano de Turismo
- Região Turística: Terra dos Pinheirais - Centro-Sul
IGR: ADECSUL – Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná
- Região Turística: Vales do Iguaçu – Sudoeste
IGR: Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná
- Região Turística: Estradas & Caminhos – Centro
IGR: em estruturação, contato através do escritório Regional da SETU em Cascavel.

4.2 INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS

A pesquisa deste trabalho está direcionada especificamente a Região Turística dos Campos Gerais do Paraná. A escolha da região justifica-se devido à possível facilidade de acesso já que é onde reside a pesquisadora. E a partir daqui é

apresentado um descritivo sobre a atual situação da Instância de Governança na Regional.

4.2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO

Antes da institucionalização, segundo as determinações do Programa, ocorreu o processo de sensibilização e mobilização na região. Essas etapas servem para preparar a região e seus municípios para a compreensão do PRT, visto que antes trabalhavam cada qual de forma isolada, e a partir disso passariam a entender a nova estratégia de trabalho em conjunto e integrada com os demais municípios.

A Região dos Campos Gerais do Paraná, segundo dados fornecidos através da IGR, já trabalhava de forma regional mesmo antes do PRT. Isso por causa da presença da AMCG que já realizava ações regionalizadas com os municípios associados. Nesse sentido, as fases de sensibilização e mobilização tornaram-se um tanto mais fáceis para os gestores municipais, pois já estavam habituados a se reunirem e discutirem em conjunto.

Portanto o processo de sensibilização e mobilização teve início oficialmente em 2005 através de uma das Oficinas de Planejamento determinadas pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil pela qual foi institucionalizada a Instância de Governança Regional nos Campos Gerais. Segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional dos Campos Gerais, além da institucionalização, outros módulos operacionais também foram apresentados, como: “sensibilização, mobilização e elaboração dos primeiros Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional” (2008, p.2). A entidade que foi determinada como Instância é a Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG, a qual então, já possuía uma representação do poder público municipal. (2008, p.14)

A AMCG, responsável pela IGR da região de 2005 até o começo de 2011, é uma instituição composta por uma assembléia geral constituída por: presidente, vice-presidente, presidente de honra, tesoureiro, secretário, conselho fiscal (membros efetivos e suplentes – ambos compostos por três membros cada) e conselho deliberativo (membros efetivos e suplentes – ambos composto por três membros cada). A assembléia é formada por prefeitos de municípios associados, existindo as ramificações que são entidades criadas a partir da AMCG, como a Associação de Damas dos Campos Gerais, dedicada à assistência social e o Consorcio de Saúde

dos Campos Gerais, direcionado aos assuntos da saúde. Além destas ramificações, existe na mesma sede a Agência de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos Gerais e da Rota dos Tropeiros – ADTCG a qual se responsabilizava juntamente com a AMCG nos assuntos da atividade turística da região desde agosto de 2010.

A Agência, criada em 2007 é uma OSCIP – Organização de Sociedade Civil de Interesse Público a qual reúne empresários turísticos dos municípios. Sua missão é "Estimular a demanda de produtos turísticos da Rota dos Tropeiros por meio de ações de marketing integrado, propostas e projetos que gerem recursos para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos".

É composta por uma diretoria empresarial a qual busca a articulação público-privada, para o desenvolvimento de projetos que promovam a qualificação da mão-de-obra turística local, estímulo à hospitalidade e elevação da autoestima da comunidade, melhoria na infraestrutura de apoio ao turismo, o fomento ao empreendedorismo turístico, valorização da gastronomia, preservação do patrimônio natural e cultural, elaboração de roteiros, bem como, ampla divulgação da Rota dos Tropeiros em âmbito local e nacional.

Desde março de 2009, a ADTCG encontra-se em sua segunda gestão que tem a duração de dois anos, podendo ser reeleita por mais dois anos, sendo composta pelos seguintes membros: Presidente, Diretor Financeiro e Diretora Administrativa. Além desses membros conta com a atuação de uma gerência, a qual se responsabiliza por toda a parte administrativa e técnica da agência.

4.2.2 RECONHECIMENTO DA INSTÂNCIA

A Agência possui sua sede no mesmo prédio da AMCG, e as duas instituições atuam em conjunto nas ações referentes à Instância de Governança. Com relação á isso, a AMCG devido às demais responsabilidades que a ela são atribuídas, passou á ADTCG as tarefas da instância já que ela encontrava-se envolvida por completo nessas funções. Sendo assim, a Agência vem atuando de maneira informal como a Instância de Governança da região. (informação verbal)³
(APÊNDICE 1)

³ Entrevista concedida ao autor em 4 de outubro de 2012

Durante a realização da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Consultivo de Turismo do Estado do Paraná paralela ao evento do 6º Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu no dia 16 de junho de 2011 em Foz do Iguaçu, a qual se fizeram presentes, além do Secretário de Estado do Turismo, diversos membros representativos do Conselho. Nela foram abordados vários temas nas atas sendo uma delas sobre o Reconhecimento das Instâncias de Governança Regionais. Com relação á isso, o secretário falou sobre a importância dessas organizações para o desenvolvimento turístico do Estado e reforçou “que é fundamental que as mesmas sejam reconhecidas, não só pelo Governo, mas também pelas demais organizações do turismo” (SETU, 2012) (E).

E a partir dessa reunião o secretário então assinou a resolução com o reconhecimento das instâncias que estavam ali presentes sendo: AMCG (Campos Gerais do Paraná), Fórum Cataratas e Caminhos (Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu), RETUR (Corredores das Águas), ADETUR Litoral (Litoral do Paraná), ADETUNORP (Norte do Paraná), ADETUROESTE (Riquezas do Oeste), Fórum Metropolitano de Turismo (Rotas do Pinhão), ADECSUL (Terra dos Pinheirais) e Agência de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná (Vales do Iguaçu), e deixa claro que esta resolução tem a validade de reconhecimento de um ano, e que posterior a essa as instâncias deveriam cumprir alguns critérios que seriam definidas futuramente, e então seriam reconhecidas oficialmente pelo Governo do Estado por meio de um Decreto. (SETU, 2012) (E)

Neste fato, a instituição reconhecida como Instância de Governança da região foi a AMCG, e isso se deve ao fato de que a Agência de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos Gerais e da Rota dos Tropeiros ainda não tinha alterado seu estatuto nem estava totalmente adequada aos critérios exigidos para o reconhecimento.

Após essa reunião, o Governo do Estado ficou encarregado de providenciar a formatação do Decreto que proporcionaria a oficialização desse reconhecimento.

Passando-se algum tempo depois, em 17 de setembro de 2012 o Governo do Estado enfim sancionou o Decreto⁴ nº 5925 que “Estabelece critérios necessários para a emissão do Certificado de Reconhecimento das Instâncias de Governança Regional”. Com base nisso, as instâncias para receber esse certificado necessitam

⁴ Publicado no Diário Oficial nº. 8799 de 17 de setembro de 2012

comprovar a realização das reuniões periódicas previstas em estatuto, bem como de comprovar a existência formal de pelo menos um ano e contar com um gestor ou executivo, preferencialmente um profissional graduado em Turismo. Os certificados têm validade de dois anos e podem ser renovados mediante solicitação. (SETU, 2012) (E)

Segundo o Secretário de Estado, essa ação vem para reforçar e dar continuidade nas movimentações previstas pelo PRT, de trabalhar a atividade turística de forma descentralizada, coordenada e integrada. E através do fortalecimento das Instâncias de Governança Regional será fundamental no processo de união de força entre os municípios e consequentemente fortalecerá a atividade turística da região. (SETU, 2012) (E)

Entretanto, mediante ao novo decreto, a Agência do Desenvolvimento Turístico necessita estar de acordo com os critérios exigidos para que então possa se inscrever como a atual instituição responsável pela Instância de Governança da Região Turística dos Campos Gerais. Algumas etapas desse cumprimento já foram realizadas que foi a alteração do estatuto da agência. Os demais critérios ainda estão sendo analisados pelos membros da agência juntamente com os municípios e ainda não tem data prevista para estarem prontas.

Desta forma, a Agência continua assumindo as funções e atribuições de uma instância mesmo sem estar devidamente oficializada, e está se mobilizando para atender aos quesitos exigidos.

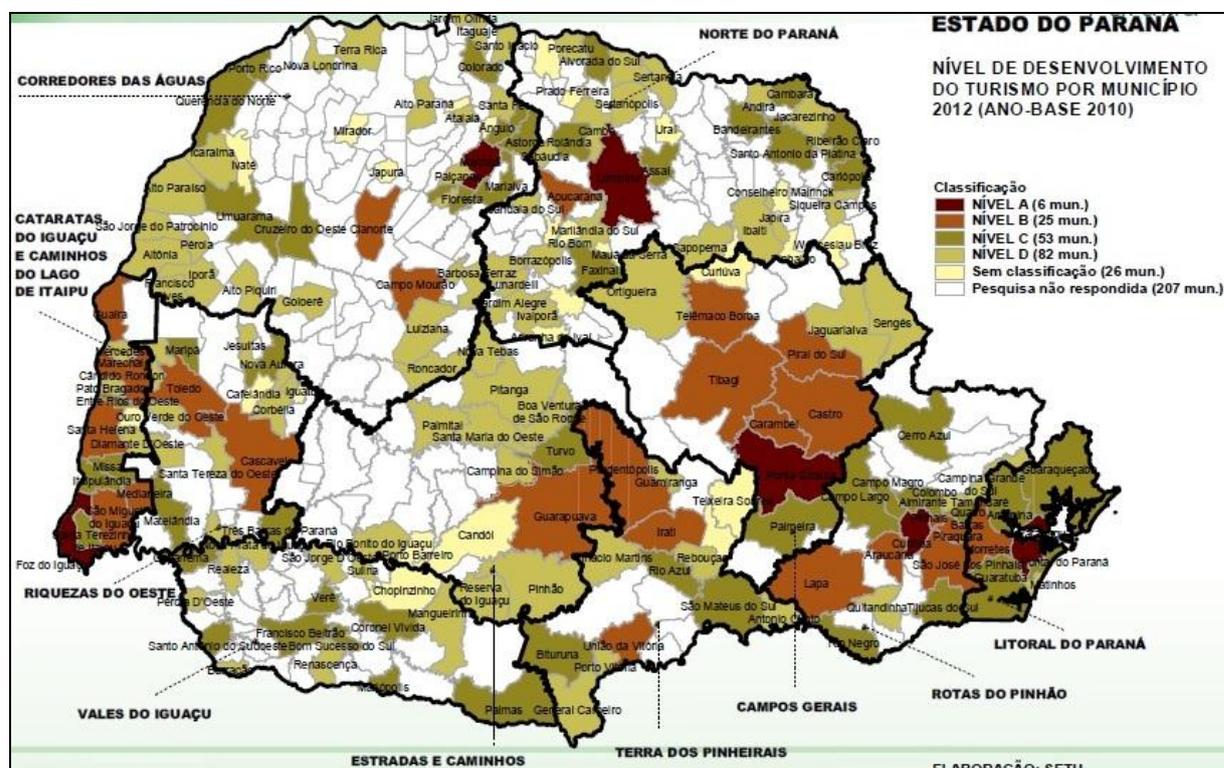
4.2.3 PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E ALGUMAS DIFICULDADES

A Região dos Campos Gerais é composta por 19 municípios: Arapoti, Carambeí, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania. Contudo, atualmente os municípios que efetivamente estão trabalhando de forma integrada e regionalizada, são os seguintes: Carambeí, Castro, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Tibagi. (informação verbal)¹. Ou seja, estes seis municípios participam regularmente de reunião, respondem as solicitações e estão frequentemente por dentro do que acontece com a região.

O não comparecimento dos outros municípios ocorre por que possuem uma visão diferenciada do papel da instância, e entendem que ela é responsável por criar projetos, desenvolver propostas, criar roteiros, etc. E que na verdade a função da instância é de reunir esses municípios coordenando e orientando as ações que a partir deles forem sugeridas. (informação verbal)¹. Oposto a isso menor número de municípios participantes exige da instância reuniões com mais frequência, buscam por novas orientações e compreendem a sua verdadeira função.

De acordo com a Pesquisa de Nível de Desenvolvimento do Turismo por Município realizado pela Secretaria de Estado do Turismo através do Projeto Turismo Regionaliza Paraná, os seis municípios efetivos nas participações junto à Instância de Governança atingiram os níveis de A e B com uma linha de corte de 10 á 6,1 na pontuação (demonstrado na Figura 2). Ou seja, o que comprova que estes municípios demonstram um elevado nível de desenvolvimento turístico dos demais municípios que não interagem.

FIGURA 2: Nível de Desenvolvimento do Turismo por município 2012 (ano base 2010).



Fonte: SETU (D)

Além dessa dificuldade em reunir todos os municípios da região, a instância possui outros problemas para a realização do seu trabalho, um deles é com relação a parte financeira, pois tanto o setor público quanto o setor privado podem resolver isso. Até existe a possibilidade de fazer um repasse, mas ainda as secretarias dos municípios junto com a IGR não encontraram um meio legal para fazer isso.

Outro problema seria referente a questão política com as mudanças de gestões. Essa é uma dificuldade que vem desde o início, no processo de sensibilização e mobilização. O gestores das secretarias municipais daquele mandato receberam as informações e instruções sobre o PRT e estes que continuaram com a reeleição de seus mandatos foram dando continuidade as ações juntamente com a Instância. Porém, conforme foram mudando os representantes das secretarias, muitos não participaram dessa continuidade pois possuíam outros interesses e outras visões, tornando-se assim um trabalho isolado novamente. (informação verbal)¹

4.2.4 QUALIFICAÇÃO NO RANKING REGIONAL

Apesar dessas adversidades a Região dos Campos Gerais atingiu o primeiro lugar no ranking regional da pesquisa do Projeto Turismo Regionaliza Paraná realizada pela SETU. O critério em que a região recebeu a nota mais alta de 7.3 foi o de Infraestrutura. Com relação à Gestão a Região dos Campos Gerais recebeu a nota 6.8, sendo a melhor nota do estado nesse critério juntamente com a Região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu.

TABELA 2 – Pesquisa Hierarquização das Regiões Turísticas e Nível de Desenvolvimento Turístico dos Municípios 2012 (ano base 2010)

| REGIÃO TURÍSTICA | Gestão | Sustentabilidade | Oferta e Demanda Turística | Infraestrutura | Marketing | NOTA FINAL | RANKING |
|--|--|--|--|--|--|--|------------|
| Campos Gerais |  6.8 |  7.0 |  7.1 |  7.3 |  6.8 |  7.0 | 1º |
| Litoral |  6.5 |  6.8 |  6.8 |  7.1 |  6.8 |  6.8 | 2º |
| Cataratas e Caminhos |  6.8 |  6.8 |  6.4 |  7.2 |  6.3 |  6.7 | 3º |
| Rotas do Pinhão |  5.6 |  7.3 |  6.6 |  7.4 |  5.9 |  6.6 | 4º |
| Terra dos Pinheirais |  6.4 |  7.3 |  5.7 |  6.6 |  6.3 |  6.5 | 5º |
| Corredores das Águas |  5.8 |  7.0 |  5.4 |  6.9 |  5.0 |  6.0 | 6º |
| Norte |  5.7 |  6.8 |  5.5 |  6.9 |  5.2 |  6.0 | 6º |
| Estradas e Caminhos |  5.1 |  5.8 |  5.5 |  7.0 |  5.4 |  5.8 | 8º |
| Vales do Iguaçu |  5.4 |  6.1 |  6.0 |  6.9 |  4.6 |  5.8 | 8º |
| Riquezas do Oeste |  5.6 |  6.1 |  5.6 |  6.7 |  4.4 |  5.7 | 10º |
| PARANÁ | 6.0 | 6.7 | 6.1 | 7.0 | 5.7 | 6.3 | |
| LEGENDA:  Nota superior ou igual à média estadual  Nota inferior à média estadual | | | | | | | |

Fonte: Secretaria de Estado do Turismo - SETU (D)

Esse resultado, segundo a ADTCG está relacionado com estrutura existente de Instância de Governança na região, pois algumas das outras regiões turísticas do estado nem possui uma secretaria, ou uma estrutura física como escritório ou sede.

O quesito Marketing não tem muita prioridade para a região no momento, pois após um consenso entre os municípios participantes e a instância, puderam concluir que a região ainda está totalmente adequada para realizar a promoção da região. Por isso, no momento a região não está muito focada na produção de materiais de divulgação de seus destinos, ou da participação em feiras, mas sim de estruturar seus municípios para oferecer um produto de qualidade aos seus visitantes. (informação verbal)¹

Essa questão de marketing e divulgação da região é bastante questionada pelos municípios que não participam junto a Instância. Porém, a instância tenta esclarecer á eles que isso não é possível se o município não está totalmente (ou nada) preparado para divulgar o turismo local ou envolvê-lo em um roteiro.

A região dos Campos Gerais regularmente participa de feiras e eventos, como a Feira das Américas realizada pela ABAV –SP , Salão do Turismo e Salão Paranaense do Turismo, levando alguns materiais promocionais, mas de forma não muito intensiva justamente por esses motivos mencionados acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa conclui-se que as políticas públicas são importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, e que elas são válidas tanto no setor público como no setor privado. Percebeu-se também que com o decorrer do tempo, essas políticas necessitam de alterações para que ainda possam ser efetivas dentro das áreas implantadas.

Nesse mesmo foco, a pesquisa pôde explicar o motivo das mudanças nas políticas públicas brasileiras referentes à atividade turística, demonstrando que estas vão se adaptando conforme as necessidades e exigências do setor, como é o caso da transição do PNMT para o PRT. E que o PNMT teve uma importante contribuição para o PRT.

Além dessas observações, a pesquisadora pode entender que nem todas as diretrizes e metas estabelecidas pelo Ministério do Turismo são seguidas pelos municípios e estados.

A descrição, neste trabalho, sobre a implantação do PRT tanto no Paraná como em todo país só foi possível devido à disponibilidade dos arquivos oficiais digitais do Ministério. Por outro lado, a falta de outros dados importantes fez com que os resultados dessa pesquisa não fossem totalmente obtidos.

Num primeiro momento pretendia-se, realizar um demonstrativo entre certo período de tempo sobre a participação dos municípios das regiões na Mostra das Regiões Turísticas inserida no Salão Paranaense de Turismo. Entretanto, não foi possível, pois ao entrar em contato com os órgãos e instituições organizadoras do evento – ABAV-PR e a Secretaria de Estado do Turismo – e com as Instâncias de Governança Regional de cada região, não se obteve as informações suficientes para a realização desta análise.

A partir dessa dificuldade, conclui-se que a efetividade das políticas públicas brasileiras não só na atividade turística bem como em outras áreas, esta relacionada muitas vezes com forma de trabalho dos atores e gestores envolvidos. E que a realização de um pós-evento, um monitoramento e discussões sobre as estratégias utilizadas, por exemplo, são importantes no sentido de demonstrar os resultados e apontar as falhas para uma reestruturação se necessário.

E a partir do que foi estudado neste trabalho percebeu-se que a realização de um relatório de atividades e as reuniões junto aos municípios é uma ação básica para observar o que já está sendo feito e no que se pode melhorar. A união de ideias e uma estratégia de forma integrada facilita o planejamento da atividade turística de uma região.

No caso das Instâncias este trabalho faz um breve descritivo do processo. Para um estudo mais completo pode ser buscar trabalhos que abordem especificamente esse tema.

De acordo com a pesquisa realizada observou-se a não participação de todos os municípios, isso está relacionado com o pensamento e a forma de administração dos atuais gestores das secretarias. Com base no que foi dito, conclui-se que o processo de transição entre uma política pública e outra, para alguns, demora um certo tempo para sensibilização, e por discordarem dessa nova estratégia, resulta na não participação das ações atuais, mantendo uma forma de gestão isolada.

É importante citar que a atual pesquisa não pode definir uma posição sobre resultado da não participação de alguns municípios, já que a pesquisa está baseada em informações obtidas apenas da Instância de Governança, e não de todos os municípios pertencentes como era a intenção inicial deste trabalho. Devido à falta de tempo necessário para a coleta de dados desta pesquisa, realizou apenas a pesquisa com a gestora da instância. Posteriormente pode ser realizado um trabalho mais abrangente que envolva a resposta de todos os municípios.

Conclui-se também que a gestão de uma Região Turística não só está relacionada com a proximidade e as características em comum dos municípios, mas também está associada com a forma de pensamento e visão dos gestores responsáveis. Se não houver um entendimento entre as opiniões sobre a forma de planejar a região ela não consegue desenvolver-se como prevê o PRT, com articulação e integração entre os municípios.

Além disso, notou-se a partir desse estudo que uma região turística depende principalmente de interesses políticos para o seu desenvolvimento, e que mesmo um município possuindo estrutura para a atividade turística, se não estiver dentro dos planos de governo daquele mandato esse desenvolvimento não ocorre, e por esse motivo, muitos projetos e planos acabam sendo deixados de lado e substituídos por outros interesses.

Também se observou a partir do estudo, que os municípios que participam junto à instância demonstram um avanço em suas atividades relacionado ao turismo, diferente dos demais municípios. E que a região mesmo não tendo a participação de todos os municípios consegue desenvolver suas atividades com resultados bastante positivos (ver Tabela 2, pág. 38).

A Instância de Governança da Região dos Campos Gerais, assim como as demais do estado possui suas dificuldades, entretanto com uma boa administração e o interesse de alguns municípios a região pode trabalhar o turismo de forma regional. As dificuldades sempre vão existir, mas se houver o interesse do setor público unido à parte privada o turismo de forma regional só tem a ganhar.

Com relação ao pensamento negativo dos municípios pelas ações da Instância de Governança isso só poderá ser resolvido com um novo processo de sensibilização e mobilização, ou então sob uma nova gestão nas secretarias. Intensão essa, que a Instância dos Campos Gerais já tem em mente, de reunir novamente todos os municípios e realizar esse processo para uma melhor compreensão e quem sabe trazer mais municípios interessados á participar.

Sob essas considerações, deduziu-se que por motivos como estes, as políticas públicas em diversas áreas não é totalmente eficaz, ou seja, o que pode ser simples na teoria, na prática não é tanto assim. E por isso observamos muitas vezes o descontentamento da população com relação á algumas ações públicas.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo/** Margarita Barretto – 13ª ed. rev. e atual. – Campinas: SP – Papyrus, 2003. (Coleção Turismo).

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 10ª ed. atual. São Paulo: Senac. São Paulo, 2004

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil.** – São Paulo: Aleph, 2006. – (Série Turismo)

BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal como suporte em sistemas de informação/** Maria Angela Marques Ambizi Bissoli. – São Paulo: Futura, 1999.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico.** Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo (A). **Plano Nacional do Turismo 2003/2007: Diretrizes, Metas e Programas.** Brasília, 2003. Disponível em:<www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf> Acesso em 15 jul 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo (B). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais.** Brasília, 2004. Disponível em:<http://www.gestour.com.br/salao_turismo/diretrizes_operacionais.pdf> Acesso em 17 jul 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo (C). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas.** Brasília, 2004. Disponível em:<http://www.sead.ufsc.br/bibliotecas/upload/diretrizes_politicas_programa_regionalizacao.pdf> Acesso em 17 jul 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo (D). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 1 – Sensibilização.** Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo (E). **Plano Nacional do Turismo 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão.** Brasília, 2007. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf> Acesso em 15 jul 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo (F). Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo.** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf> Acesso em 22 jul 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo (G). Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo** : turismo e sustentabilidade : formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo / Ministério do Turismo, coordenação Tânia Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima. – [Brasília] : o Ministério: Florianópolis : SEaD/UFSC, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo (H). Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo : sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional** / Ministério do Turismo, coordenação Tânia Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima. – [Brasília] : o Ministério: Florianópolis : SEaD/UFSC, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo (I). **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf> Acesso em 10 jul 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Salão de Turismo**. Disponível em: <http://www.salao.turismo.gov.br/salao/sobre_evento/edicoes_anteriores/detalhes_edicao/edicao1.html> Acesso em 07 ago 2012.

CAMARGO, Haroldo L. **Fundamentos multidisciplinares do turismo: história**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org). **Turismo: Como aprender, como ensinar**. – 3ª ed. - São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

FILHO, C.; SANTOS, J. dos. **Políticas públicas e pretensões judiciais determinadas**. In: FORTINI, Cristina; ESTEVES, Júlio César dos Santos; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Políticas públicas: possibilidades e limites**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FREITAS, C. R. **Impacto das novas técnicas de geoinformação nos estudos espaciais e nas representações cartográficas destinadas ao turismo**. 2006, 167 f. Dissertação (Pós-Graduação em Organização de Espaço) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MPBB-7HAJYP/1/dissertacao_christian.pdf> Acesso em 10 ago 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. – 5 ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**/ Marutschka Martini Moesch – São Paulo: Contexto, 2000.

SARAVIA, E.; FERRAREZI E. **Políticas públicas; coletânea** / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2857. Acesso em 17 jul 2012.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ (A). **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional – Campos Gerais do Paraná 2008/2010**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/Planos/PlanoCenariosdoTempo.pdf> Acesso em 17 jul 2012

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PARANÁ (B). **Orientações práticas às instâncias de governança de turismo do paraná**. Curitiba: 2009. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf> Acesso em 11 set 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PARANÁ (C). **Regionalização do Turismo no Paraná**. Disponível em: <http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=151> Acesso em 17 jul 2012

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PARANÁ (D). **Projeto Turismo Regionaliza Paraná – Pesquisa: Hierarquização das Regiões Turísticas e Nível de Desenvolvimento Turístico dos municípios**. In Reunião Ordinária do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná. 51ª, Curitiba: 2012. Pdf

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PARANÁ (E). **Ata da quadragésima sétima reunião do conselho consultivo de turismo do Estado do Paraná**. Disponível em: http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=142&fb_source=message Acesso em 5 out 2012.

SOUZA, Luiz Fernando. **Planejamento: planejamento turístico municipal como ferramenta para o desenvolvimento da atividade turística**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Turismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2001.

SOUZA, L. F. de; RASTROLLO, M. A.; FILHO, N. C. **Análise da Implantação das Governanças Turísticas Regionais no Brasil**. In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1, 2009, Cabo Verde. **Artigos**. Cabo Verde: APDR, 2009. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2041/287A.pdf> Acesso em 09 ago 2012.

APÊNDICE 1 – Questionário aplicado á Instância de Governança Turística dos Campos Gerais do Paraná

Entrevista concedida ao autor em 04/10/2012

1. Quais os municípios que realmente participam atualmente de forma regional?

R: Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Tibagi, Telêmaco Borba e Piraí do Sul.

2. Qual a justificativa dada pelos demais municípios não participantes do não comparecimento nas reuniões com a IGR?

R: Não respondem. Tem um pensamento errado sobre qual a função de uma Instância. Entendem como se ela fosse responsável por realizar os projetos e as propostas e entregue prontas só para eles aceitarem.

3. A IGR buscou um entendimento com esses municípios, demonstrando outras maneiras de contato, entender o porquê não querem trabalhar de maneira regionalizada?

R: Sim, todos são convidados para as reuniões, mas não respondem, não comparecem já devido á esse pensamento.

4. A Região já trabalhava de forma regionalizada mesmo antes do PRT? Se sim, de que forma ocorria?

R: Sim, devido à existência da AMCG que já trabalhava de forma regional em outras áreas.

5. Como ficou o atual nome da Agência da Rota?

R: Agência de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos Gerais e da Rota dos Tropeiros

6. Desde quando a Agência participa das funções de IGR?

R: Desde agosto de 2010

7. A Região destacou-se como melhor organização no PRT. Qual estratégia utilizada pela I.G.R para esse resultado positivo?

R: Devido á estrutura da Instância, visto que algumas das demais instâncias do Estado não possuem uma sede ou um escritório definido.

8. Quais as principais dificuldades?

R: Parte financeira (nem o setor publico, nem o privado quer arcar com gastos em projetos) questão política com relação à falta de continuidade das ações.

9. Acha que a IGR tem algo á melhorar? Em que sentido?

R: Sim, nessas dificuldades citadas. Estar de acordo com as exigências do Decreto de Reconhecimento de Instância.